
ALFABETISMO SOCIOLÓGICO SOBRE GENTRIFICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CANOAS/RS

SOCIOLOGICAL LITERACY ABOUT GENTRIFICATION IN THE MUNICIPALITY
OF CANOAS/RS

ALFABETIZACIÓN SOCIOLÓGICA SOBRE LA GENTRIFICACIÓN EN EL
MUNICIPIO DE CANOAS/RS

Rafael D'Avila Barros¹

Gabriel Cortezi Schefer Cardoso²

<https://doi.org/10.5935/2358-3541.2024143778-pt>

Resumo

Este trabalho apresenta a análise de uma prática pedagógica de pesquisa e ensino desenvolvida de Sociologia Escolar desenvolvida durante a disciplina “Estágio Docente em Ciências Sociais I”, ofertado no segundo semestre de 2023 pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O objetivo deste projeto foi proporcionar um processo de ensino e aprendizagem engajado com temáticas de interesse dos estudantes do Ensino Médio, de modo a auxiliar na compreensão da realidade social por meio do “ensino pedagogicamente adaptado” da Sociologia (Lahire, 2014). O desenvolvimento do projeto foi atravessado pela “presença intermitente” (Meucci, 2015; 2020) da Sociologia no currículo do Novo Ensino Médio em uma escola da Rede Estadual de Educação localizada no município de Canoas/RS. Portanto, o projeto foi desenvolvido no componente curricular “Direitos Humanos”, ofertado, na ocasião, para as turmas de 3ª série no Itinerário Formativo “Cidadania e Gênero II”. O percurso metodológico realizado com os estudantes contemplou as seguintes etapas: (a) estudo sobre o direito à cidade; (b) processos de gentrificação e operação urbana; (c) protopia etnográfica sobre espaços gentrificados no município de Canoas/RS, e (d) realização de um seminário de apresentação das protopias etnográficas. Por meio deste trajeto, foi possível construir um processo de “alfabetismo sociológico” (Parmigiani; Dombrowski, 2013) a partir de “hábitos intelectuais” (Lahire, 2014) que estimularam os e as estudantes a

¹ Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de Sociologia na Rede Estadual de Educação e na Rede La Salle, ambas em Canoas/RS. Integrante do projeto de ensino, pesquisa e extensão “oficina de sociologiartesanal”, vinculado ao Laboratório Virtual e Interativo de Ensino de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LAVIECS/UFRGS). E-mail: rdavilabarrosgmail.com

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador e extensionista no Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL/UFRGS). Integrante dos projetos “Arte, Política e Experimentação Etnográfica” (PROPESQ/UFRGS) e Grupo de Estudos em Educação e Transgressão (GEETRANS/FACED) onde desenvolve pesquisas sobre arte, educação, ensino e didática. E-mail: gcortezisc@gmail.com

desnaturalizar e estranhar o mundo social de forma diversa e complexa, contribuindo assim, para a ampliação das possibilidades de repertórios de práticas pedagógicas da Sociologia Escolar.

Palavras-Chave: Sociologia escolar; Ensino de sociologia; Novo ensino médio; Gentrificação; Direitos humanos.

Abstract

This work presents the analysis of a pedagogical research and teaching practice developed in School Sociology developed during the discipline “Teaching Internship in Social Sciences I”, offered in the second semester of 2023 by the Faculty of Education of the Federal University of Rio Grande do Sul. The objective of this project was to provide a teaching and learning process engaged with topics of interest to high school students, in order to help understand social reality through the “pedagogically adapted teaching” of Sociology (Lahire, 2014). The development of the project was influenced by the “intermittent presence” (Meucci, 2015; 2020) of Sociology in the New High School curriculum at a State Education Network school located in the city of Canoas/RS. Therefore, the project was developed in the “Human Rights” curricular component, offered, at the time, to 3rd grade classes in the “Citizenship and Gender II” Training Itinerary. The methodological path carried out with the students included the following stages: (a) study of the right to the city; (b) gentrification processes and urban operation; (c) ethnographic protopia about gentrified spaces in the municipality of Canoas/RS, and (d) holding a seminar to present ethnographic protopias. Through this path, it was possible to build a process of “sociological literacy” (Parmigiani; Dombrowski, 2013) based on “intellectual habits” (Lahire, 2014) that encouraged students to denaturalize and strange the social world in different ways and complex, thus contributing to expanding the possibilities of repertoires of pedagogical practices in School Sociology.

Keywords: School sociology; Teaching sociology; New high school; Gentrification; Human rights.

Resumen

Este trabajo presenta el análisis de una investigación pedagógica y práctica docente desarrollada en Sociología Escolar desarrollada durante la disciplina “Pasantía Docente en Ciencias Sociales I”, ofrecida en el segundo semestre de 2023 por la Facultad de Educación de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul. El objetivo de este proyecto fue brindar un proceso de enseñanza y aprendizaje comprometido con temas de interés para estudiantes de secundaria, con el fin de ayudar a comprender la realidad social a través de la “enseñanza pedagógicamente adaptada” de la Sociología (Lahire, 2014). El desarrollo del proyecto estuvo influenciado por la “presencia intermitente” (Meucci, 2015; 2020) de la Sociología en

el currículo de la Nueva Escuela Secundaria de una escuela de la Red Estatal de Educación ubicada en la ciudad de Canoas/RS. Por ello, el proyecto se desarrolló en el componente curricular “Derechos Humanos”, ofertado, en su momento, a clases de 3° grado del Itinerario Formativo “Ciudadanía y Género II”. El recorrido metodológico realizado con los estudiantes comprendió las siguientes etapas: (a) estudio del derecho a la ciudad; (b) procesos de gentrificación y funcionamiento urbano; (c) protopía etnográfica sobre espacios gentrificados en el municipio de Canoas/RS, y (d) realización de un seminario de presentación de protopías etnográficas. A través de este camino, fue posible construir un proceso de “alfabetización sociológica” (Parmigiani; Dombrowski, 2013) basado en “hábitos intelectuales” (Lahire, 2014) que alentaron a los estudiantes a desnaturalizar y extrañar el mundo social de maneras diferentes y complejas, contribuyendo así a la ampliar las posibilidades de repertorios de prácticas pedagógicas en Sociología Escolar.

Palabras Clave: Sociología escolar; Enseñanza de sociología; Nueva escuela secundaria; Gentrificación; Derechos humanos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta os processos de construção e efetivação de uma prática pedagógica de pesquisa e ensino em Sociologia Escolar, a partir das proposições da disciplina “Estágio Docente em Ciências Sociais I”, ofertada no segundo semestre de 2023 pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta disciplina é obrigatória para o curso de Licenciatura em Ciências Sociais e visa a proximidade da pessoa graduanda com as práticas docentes em instituições de Educação Básica. Para tanto, exige-se o desenvolvimento da autoria autônoma da pessoa licencianda na apropriação e mediação didática de conceitos, teorias e temas relativos às Ciências Sociais para o contexto de escolas de Ensino Médio (Brasil, 2000).

O objetivo do projeto foi proporcionar um processo de ensino e aprendizagem engajado a partir de temáticas de interesse das pessoas estudantes do Ensino Médio, de modo a auxiliar na compreensão da realidade social por meio do “ensino pedagogicamente adaptado” da Sociologia, como proposto por Bernard Lahire (2014). Buscando, também, desenvolver com as/os estudantes da Educação Básica um “alfabetismo sociológico” (Parmigiani; Dombrowski, 2013) que estimule a desnaturalização e o estranhamento (Brasil, 2000) do mundo social de forma diversa

e complexa por meio de “hábitos intelectuais” (Lahire, 2014) que ampliem as possibilidades de repertórios de práticas pedagógicas da Sociologia Escolar.

Portanto, houve a supervisão de uma professora da Faculdade de Educação e de um professor de uma instituição de ensino secundário do município de Canoas/RS, que firmaram a parceria entre Universidade e Escola para a realização das práticas pedagógicas previstas no currículo da disciplina de Estágio. A instituição preceptora integra a Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul e está localizada no Bairro Marechal Rondon, uma região central do município, e atende aproximadamente 1.200 estudantes do Ensino Fundamental ao Ensino Médio nos seus três turnos. O projeto foi desenvolvido com uma turma de 3ª série do currículo piloto “Cidadania e Gênero II”, do Novo Ensino Médio, no componente curricular “Direitos Humanos”.

A realização da prática pedagógica foi atravessada pelas consequências da implementação da Lei 13.415 de 2017 que instituiu o Novo Ensino Médio em todas as instituições secundárias do Brasil (Brasil, 2017). Com a diminuição da carga horária exclusiva para o componente curricular da Sociologia, houve a implementação de Itinerários Formativos que visariam o aprofundamento curricular de uma das Áreas de Conhecimento da Base Nacional Comum Curricular. Essa nuance remete à percepção que Simone Meucci faz sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica, marcada pela insígnia da “presença intermitente” (Meucci, 2015; 2020): conforme acontece ou não a responsabilização do Estado em articular os processos de desenvolvimento nacional, a Sociologia torna-se presente ou ausente do currículo escolar. O currículo piloto do Itinerário Formativo “Cidadania e Gênero II” dedicava às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas o papel de focalizar o aprofundamento curricular na nova estrutura de ensino. Sendo assim, foi possível territorializar a Sociologia Escolar em um outro componente de ensino, pois o arranjo curricular não contemplava a Sociologia em todos os anos do Ensino Médio.

A proposta curricular do componente “Direitos Humanos” previa o estudo dos seguintes objetos de conhecimento: “Garantia e Promoção dos Direitos Fundamentais; Respeito à Diversidade; Direitos dos Grupos Socialmente Oprimidos; Estado, Poder e Mercado; Liderança; Gestão de Pessoas e Ética; Gestão de Recursos e Materiais; Programação Neurolinguística”. Com este leque de possibilidades, foi-se optado por construir um projeto de aprendizagem baseado em

fenômenos (Chagas, 2021) sobre a importância do direito à cidade como um direito humano e fundamental para a vida contemporânea (Harvey, 2012). Buscando assim, uma reflexão sobre o fazer-cidade (Agier, 2015) e as próprias percepções das/os estudantes sobre a cidade que elas/eles habitam. Possibilidades que permitiram um ensino que movimentou as realidades sociais das/os estudantes mediando fatores socioculturais que contribuem para uma visão crítica da realidade social por meio dos temas geradores que atravessam seus cotidianos (Freire, 1987).

Para desenvolver o projeto de práticas pedagógicas, o percurso metodológico realizado com as/os estudantes contemplou as seguintes etapas: (a) estudo sobre o direito à cidade; (b) processos de gentrificação e operação urbana; (c) protopia etnográfica sobre espaços gentrificados no município de Canoas/RS, e (d) realização de um seminário de apresentação das protopias etnográficas.

SOCIOLOGIA E ENSINO: ADAPTAR PARA ALFABETIZAR

O ensino da Sociologia em instituições de Educação Básica no Brasil é um tema de pesquisa que têm mobilizado pessoas pesquisadoras a desenvolver diferentes análises sobre as suas possibilidades, suas fragilidades e até mesmo a sua legitimação enquanto campo de pesquisa sociológica (Oliveira, 2023). Contudo, faz-se necessário reconhecer a trajetória de presença desta ciência no espaço escolar como uma potência criativa de práticas pedagógicas que merecem relevância epistêmica e metodológica no contínuo de (re)invenção e (re)construção do ofício sociológico.

Em uma comunicação dedicada aos participantes do III Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica, o sociólogo Bernard Lahire propôs iniciar a reflexão sobre o sentido da Sociologia Escolar a partir da indagação sobre o sentido de existência da própria Sociologia. Para ele, a Sociologia desestabiliza as configurações sociais em diferentes níveis ao identificar e evidenciar a complexidade das esferas de poder existentes na sociedade (Lahire, 2014). Por isso, a busca pela construção de um “sentido para a Sociologia” é um movimento que visa responder a críticas externas a este campo de saber que tendem a deslegitimar a atuação científica sobre a sociedade. Bem como a perspectiva da “utilidade” da Sociologia

que corresponde a interesses pragmáticos alinhados às classes dominantes que não desejam ter os seus “poderes” interpretados e questionados.

O autor defende que a Sociologia não deve se submeter a nenhuma pressão do “poder”, elemento característico de sua formação canônica a partir da busca pelas “verdades sobre o mundo social”. Por isso, esta ciência utiliza da racionalidade para explicar a realidade social (Lahire, 2014, p. 48). Portanto, ele teorizou sobre um “ensino pedagogicamente adaptado de sociologia”, que possa superar alguns elementos que emergem como crítica a esta ciência:

1. *Ciência “conflituosa” e “ideológica”*: a diversidade teórica e metodológica não pode ser vista como um empecilho na legitimidade da Sociologia. A crítica a elementos “ideológicos” da Sociologia emerge de um “erro de cálculo republicano” que busca “conservar uma pseudo-neutralidade escolar” (Idem, p. 52) que por vezes julga oportuno o “retorno ao ensino moral”. Mas, o ensino de Sociologia é o caminho mais “adaptado às exigências dos tempos modernos” por tensionar tradições, problemas sociais, ideologias e assim, contribuir para a formação cidadã de forma objetiva, racional e científica (Idem, p. 52).
2. *Densidade teórica apenas entendida no ensino superior*: há a necessidade - e possibilidade - da “tradução dos “saberes científicos” em “saberes escolares” (Idem, p. 53), assim como já ocorre com outras ciências como a História, a Geografia, e Matemática, entre outras.
3. *Dificuldade em construir o distanciamento sociológico*: Lahire aponta que é possível construir uma dinâmica de reflexividade sobre a realidade social, pois na medida em que as/os estudantes aprendem a viver, elas/eles também podem aprender a pensar sobre o seu viver.

Este “ensino pedagogicamente adaptado” evidencia o uso da racionalidade, como característica intrínseca da Sociologia que, segundo Lahire (2014), a torna uma potência para desenvolver em espaços escolares a “formação de cidadãos nas sociedades democráticas” (Lahire, 2014, p. 50). Esta percepção do autor revela uma preocupação da educação francesa, mas que encontra consonância em outros Estados Nacionais. No Brasil, a socióloga Simone Meucci classifica a trajetória da Sociologia na Educação Básica como uma “presença intermitente”, pois ela se dá

quando o Estado é “capaz de disseminar os ideais societários reclamados para os respectivos momentos” históricos (Meucci, 2020, p. 167). Ao organizar uma revisão histórica das reformas educacionais no tocante à Sociologia Escolar, Meucci identifica os seguintes momentos de sua “presença intermitente” (Meucci, 2015):

- *Reforma Rocha Vaz (1925)*: a Sociologia torna-se obrigatória no ensino secundário com uma expectativa quase positivista alinhada à preocupação com a modernização industrial da sociedade nacional;
- *Reforma Francisco Campos (1931)*: a Sociologia torna-se um componente curricular exclusivo para os estudantes que realizavam a preparação propedêutica para o acesso ao Ensino Superior;
- *Reforma Capanema (1942)*: ocorre uma divisão dual do ensino secundário e a remoção da Sociologia de ambos os currículos;
- *Período ditatorial (1962 e 1969)*: há a criação de componentes curriculares que buscavam a formação do cidadão da época (Organização Social e Política do Brasil, Educação Moral e Cívica), que possuíam alguma proximidade com as proposições anteriores para a Sociologia na educação secundária;
- *Período de Redemocratização (1988) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)*: as novas redefinições do Estado Nacional possibilitaram a presença da Sociologia Escolar, mas não atribuiu um caráter de componente curricular obrigatório na Educação Básica;
- *Lei federal nº 11.684 (2008)*: institui a obrigatoriedade da Sociologia como um componente curricular do Ensino Médio, alinhado ao processo de universalização e democratização desta etapa de ensino.

Meucci (2015) também identifica que os períodos em que a Sociologia tornou-se um componente curricular obrigatório na Educação Básica impõe a ela discursos alinhados às propostas de desenvolvimento nacional. O último período analisado pela pesquisadora a fez identificar um potencial integrador da Sociologia em uma “guinada curricular” que buscava a “ampliação valorativa do mundo” (Meucci, 2015, p. 257). Processo que Parmigiani e Dombrowski (2000) entendem ser uma potência para o “alfabetismo sociológico”: um conjunto de processos que mobilizam as/os estudantes a desenvolver habilidades de reflexão sobre a realidade

social, sem a preocupação de transformá-los em cientistas sociais. A proposta de realizar um processo de alfabetismo aplicado à Sociologia na Educação Básica seria uma resposta às Orientações Curriculares Nacionais (Brasil, 2000) na medida em que favorecem a construção de práticas de estranhamento e desnaturalização da realidade social. Para Parmigiani e Dombrowski,

O sujeito que vive a condição de alfabetismo sociológico não olha para a própria realidade como algo natural que independe da vontade e dos interesses dos homens. Não toma a realidade social como mais um elemento da natureza, eterna e imutável. Pelo contrário, tende a perceber a historicidade do emaranhado de relações que compõe a realidade social em toda a sua temporalidade; seu caráter provisório e dinâmico. Este sujeito percebe que até os eventos mais corriqueiros, da mesma forma que os extraordinários, podem ser explicados como resultado da ação de pessoas e grupos que se relacionam em contextos determinados. Ele tem, por assim dizer, uma atitude de estranhamento diante da realidade, uma atitude que exige explicação mesmo para aquelas coisas mais banais (Parmigiani; Dombrowski, 2000, p. 203-204).

A concepção do “alfabetismo sociológico” mobiliza o retorno à proposição de Bernard Lahire (2014) sobre o ensino de Sociologia. Nas palavras do autor:

Não se trata, a meu ver, de ensinar “teorias”, “métodos” ou “autores”, mas de transmitir hábitos intelectuais fundamentalmente ligados a essas disciplinas. Como transmitir tais hábitos intelectuais à escola primária senão pelo estudo de “caso”, de “exemplos” visíveis de diferenças culturais (e.g. comparar as diferenças alimentares de uma sociedade a outra, relacionando essas diferenças às condições de existência das populações, ao clima, ao tipo de agricultura, etc.), assim como pela participação ativa dos alunos nas verdadeiras investigações empíricas (Lahire, 2014, p. 55)

Os “hábitos intelectuais” indicados por Lahire dizem respeito a métodos de coleta de dados utilizados em pesquisa social que têm potencial de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem da Sociologia Escolar:

- *Exercícios de protopia etnográfica*: buscam treinar o “olhar sociológico” a partir de análises da realidade sobre elementos e recortes da vida social;
- *Exercícios de ensaio de pesquisas quantitativas*: esta proposta desafia as/os estudantes a experimentarem práticas de iniciação científica por meio da construção de questionários, coleta, análise e interpretação de dados que podem tematizar “pesquisas de opinião”;
- *Exercícios de entrevistas como proposta de humanização*: entendida como uma experiência de educação democrática e atenta aos relatos de vida para desafiar as/os estudantes a “se colocar no lugar da pessoa entrevistada, [...] escutar atentamente o que o interlocutor tem a dizer, e mesmo ajudá-lo a

dizer, e não lhe impor suas próprias categorias sociais de julgamento ou de interrompê-lo sem parar, etc” (Lahire, 2014, p. 57). Por meio destas experiências, Lahire afirma que as/os estudantes podem aprender a “desenvolver uma escuta paciente, compreensiva e curiosa” (Idem, p. 57) e assim, conseguir construir repertórios culturais para agir e posicionar-se de forma sábia em debates e diálogos, sem reproduzir o “*prêchi-prêcha*” (Idem, p. 57), que seriam discursos enfáticos com tom moralizante.

A Sociologia Escolar desenvolve-se por meio de práticas pedagógicas intencionais que visam contribuir tanto com a formação cidadã das/os sujeitos quanto com os avanços para este campo do saber. Por isso, há a importância de planejar e bem executar práticas pedagógicas condizentes com teorias, conceitos e temas sociológicos que possuam consonância com a vida das/os estudantes da Educação Básica.

TEMATIZANDO GENTRIFICAÇÃO NA VIDA COTIDIANA

Durante o segundo semestre de 2023, na disciplina de “Estágio Docente em Ciências Sociais I”, foi desenvolvido o processo de pesquisa e ensino sobre a temática da “Gentrificação no município de Canoas/RS”, a partir de uma prática pedagógica baseada na metodologia de projeto de aprendizagem baseado em fenômenos (Chagas, 2021). Esta perspectiva

[...] têm como centralidade os fenômenos presentes no cotidiano dos alunos e de suas comunidades. Esses fenômenos podem ser fenômenos sociais, políticos, religiosos, culturais, econômicos naturais etc. É a partir da curiosidade dos estudantes sobre um determinado fenômeno que damos origem ao projeto. Ele pode ser desenvolvido de maneira individual, mas é em grupos que a maioria dos projetos é levado a cabo. (Chagas, 2021, p. 16)

Esta metodologia é considerada ativa, pois posiciona as/os estudantes no centro da ação educativa, de modo a permitir uma maior atuação delas/deles no fazer político da sala de aula, permeando suas realidades a partir de reflexões críticas das atividades propostas pela/pelo professor. Segundo Corazza (1997; 2019), o planejamento de aula é imprescindível para pensar maneiras e formas de construção de uma po(ética) da aula que imprime em uma didática transcriadora, ou

seja, uma ferramenta e estratégia de política cultural que atravessa ensino, currículo e didática.

O fenômeno estudado no formato de um projeto de aprendizagem foi o processo de gentrificação no município de Canoas. Esta temática mobiliza o movimento de pensar a cidade como um objeto vivo, cheio de movimento e diferentes realidades. Esta é uma perspectiva alinhada à “educação da atenção”, proposta por Ingold (2015), pois andar pela cidade com o olhar de curiosidade e infantil, é ficar imerso em um mundo cheio de possibilidades, assim como o adulto que se fascina em uma trilha na mata fechada. Sair pela cidade (re)descobrimo suas vias, ruelas e encruzilhadas, nos permite um olhar atento à uma “etnografia da cidade” que nos revela visões para outras realidades ali presentes além da nossa (Kuschnir, 2014).

Posto isso, as atividades planejadas e executadas como uma prática pedagógica visam contribuir com a construção de um olhar crítico, curioso e imaginativo em torno do direito à cidade e em todas as instâncias sociopolíticas e culturais que atravessam este direito fundamental, por vezes negligenciado nos debates sociais.

A prática pedagógica orientada por uma metodologia ativa de projeto de aprendizagem baseado em fenômenos foi desenvolvida em quatro etapas relatadas a seguir: (a) estudo sobre o direito à cidade; (b) processos de gentrificação e operação urbana; (c) protopia etnográfica sobre espaços gentrificados no município de Canoas/RS, e (d) realização de um seminário de apresentação das protopias etnográficas. Elas ocorreram durante os períodos de aula do componente curricular “Direitos Humanos” em uma turma de 3ª série do Ensino Médio que estava vinculada ao Itinerário Formativo “Cidadania e Gênero II” do currículo piloto do Novo Ensino Médio da Rede Estadual de Educação. Foram utilizadas três semanas de aula, sendo que em cada semana havia dois períodos de 50 minutos dedicados para a realização do projeto. Estas aulas ocorreram entre os dias 22 de novembro e 6 de dezembro de 2023. As experiências propostas estão alinhadas aos “hábitos intelectuais” discutidos anteriormente por Lahire, destacando a protopia etnográfica como principal instrumento metodológico agenciado para desenvolver o “alfabetismo sociológico” com as/os estudantes desta turma (Parmigiani e Dombrowski, 2000).

AULA 1: ESTUDO SOBRE O DIREITO À CIDADE

A primeira etapa da prática pedagógica iniciou com a reorganização da disposição das mesas das/os estudantes no espaço da sala de aula. Elas deveriam ser posicionadas nos extremos da sala, de modo que o centro estivesse vazio. Neste momento, foi escrita a palavra “cidade” no centro do quadro e as/os estudantes convidados a relatar quais elementos elas/eles entendiam como configuradores de uma cidade. Elas/eles escreveram no quadro diversas palavras: escola, urbanização, território, pessoas, entre outras. A partir destes saberes prévios, houve a proposição reflexiva de que este é um termo em disputa, pois está em constante mudança. A cidade pode ser pensada como um espaço físico de território, que possui alguns pontos para ser classificado como tal: seu tamanho, quantidade de pessoas morando, localização e processos de urbanização.

No segundo momento, as/os estudantes foram questionados sobre o acesso à cidade e como se dava essa relação. Elas/eles relataram situações relacionadas a acesso ao transporte público que está muito caro, sobre os locais de lazer que gostariam de frequentar em outras cidades, mas não conseguem pela mobilidade entre os municípios. Após um momento de diálogo, foi apresentada a reflexão a respeito da existência de “catracas invisíveis da cidade”, ou seja, as cidades são projetadas para aqueles que estão nas periferias tenham dificuldade de acessar o centro e os que estão no centro tenham tudo a disposição deles.

No terceiro momento, foram entregues folhas de ofício para que as/os estudantes pudessem desenhar algo que fosse essencial em uma cidade. Esta tarefa deveria ser realizada no intervalo de 5 minutos. Em seguida, as/os estudantes apresentaram para a turma as suas produções e foi possível refletir sobre quais itens eram essenciais ou não para uma cidade.

FIGURA 1 – Montando a cidade.



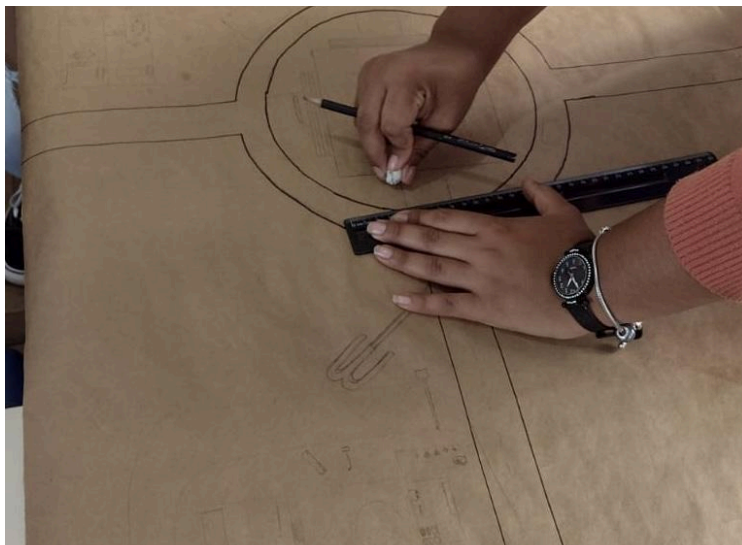
Fonte: Os autores (2023).

Os registros imagéticos foram vários, tais como: árvores, igrejas, hospitais, lixeiras, carros etc. A utilização desta atividade foi planejada por ser uma prática que “mostra o potencial do desenho não só para representar algo graficamente, mas para revelar modos de ver, de se comunicar e de registrar” (Kuschnir, 2016, p. 9).

No quarto momento, houve a entrega de um cartão para cada estudante com diferentes conceitos para o termo “cidade”. Houve a orientação para a leitura de cada cartão e em seguida uma reflexão sobre o seu conteúdo.

O quinto e último momento foi destinado para uma tarefa desafiadora: todas as produções individuais deveriam ser organizadas em cartolinas para que, em grupos, as/os estudantes construíssem uma “cidade ideal”. Dois grupos criaram cidades com um parque central ou uma rotatória central que dela vinham ruas que moldavam o resto da cidade. Elementos que foram analisados na aula seguinte.

FIGURA 2 – Desenhando a cidade.



Fonte: Os autores (2023).

AULA 2: PROCESSOS DE GENTRIFICAÇÃO E OPERAÇÃO URBANA

A segunda etapa da prática pedagógica consiste no estudo teórico sobre “operações urbanas e gentrificação”. No primeiro momento, foram apresentadas teorias que mobilizaram o surgimento destes termos e como eles operam na atualidade (Agier, 2015; Magnani, 2002).

No segundo momento, foram apresentados os *sites* da Prefeitura de Canoas e da Prefeitura de Porto Alegre de modo a verificar as operações urbanas ativas naquele momento. Houve um diálogo reflexivo sobre as diferentes operações urbanas e a proposição de uma avaliação das/dos estudantes sobre a utilidade delas, ou não, para as cidades. As/os estudantes perceberam que em Canoas havia a realização de operações urbanas noturnas para identificar pessoas em situação de rua, com o intuito de levá-las para abrigos. Em Porto Alegre, muitas operações urbanas estavam ativas, de modo especial a operação “Esforço Concentrado” que visa regular e fiscalizar a vida noturna porto-alegrense e que, muitas vezes, resulta em violências sistemáticas nos bairros boêmios da cidade.

Houve um momento imprevisto, pois as/os estudantes tematizaram o estigma às minorias sociais e o acesso à cidade. O engajamento foi aumentando conforme as/os próprias/próprios estudantes mobilizaram falas e reflexões a partir de suas vivências na cidade: a dificuldade da circulação dos ônibus em Canoas, a falta de acesso à cultura e lazer, entre outros.

No terceiro momento, houve uma explanação sobre a organização das cidades a partir da reforma de Haussmann (Agier, 2015). Em seguida, foi solicitado que as/os estudantes apresentassem o painel da “cidade ideal” construído na última etapa da aula anterior. Houve a percepção de que as suas construções foram montadas de modo semelhante às propostas por Haussmann: com um centro que leva para o resto da cidade, criando a dinâmica centro-periferia.

No quarto momento, houve o questionamento reflexivo sobre a possibilidade de criar cidades diferentes e se, depois dessa aula, houvesse a possibilidade de reconstruir as “cidades ideais”, como elas seriam organizadas? As/os estudantes engajaram-se na reflexão e realizaram um longo debate sobre as diferentes formas de construir e organizar uma cidade.

O quinto momento da aula foi dedicado ao ato simbólico de fixar os registros das “cidades ideais” nos espaços coletivos da escola.

FIGURA 3 – Desenhos das “cidades ideais”.



Fonte: Os autores (2023).

O último momento da aula foi dedicado para a organização de grupos de estudantes para a apresentação da proposta da realização de uma prototipia etnográfica sobre espaços em processo de gentrificação no município de Canoas/RS.

AULA 3: PROTOTIPIA ETNOGRÁFICA E SEMINÁRIO SOBRE ESPAÇOS GENTRIFICADOS EM CANOAS/RS

As etapas três e quatro da prática pedagógica estavam destinadas para a realização do exercício de prototipia etnográfica sobre espaços em processo de gentrificação no município. As/os estudantes conseguiram organizar-se e realizaram o exercício, porém, não foi possível efetivar o Seminário de Apresentação em decorrência de um incêndio de grandes proporções ocorrido nas proximidades do Colégio.

A conclusão da prática pedagógica necessitou ser realizada de forma remota, com o envio dos registros de prototipia etnográfica através da plataforma *Google Classroom*. Os grupos desenvolveram análises *in loco* e de memórias de espaços significativos para as suas trajetórias de vida no município, que forma: (a) os

impactos da construção do empreendimento Parkshopping Canoas, (b) o loteamento urbanizado do Bairro Guajuviras e (c) o projeto de urbanização paisagística do Parque Gravataí, no Bairro Niterói.

FIGURA 4 – Prototipia etnográfica sobre o processo de gentrificação gerado pelo empreendimento do Parkshopping Canoas.



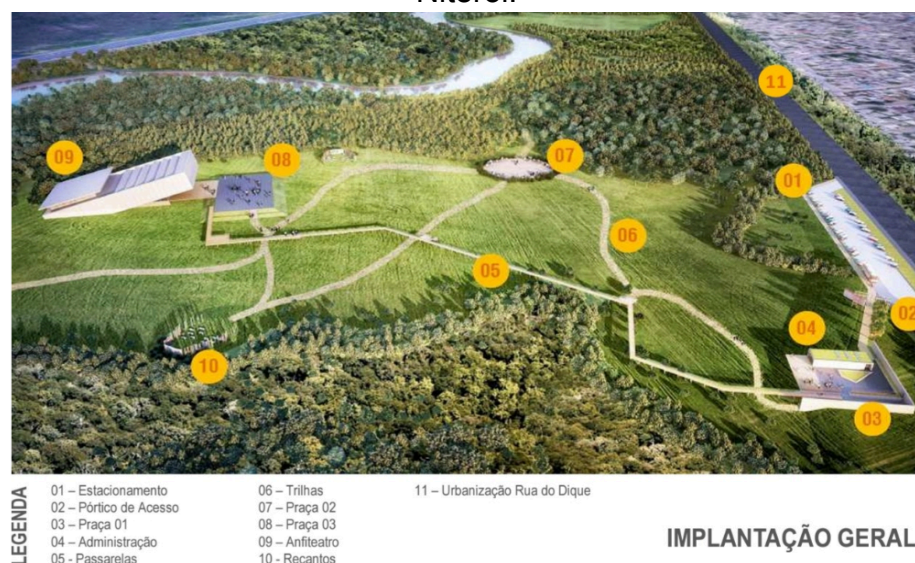
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

FIGURA 5 – Prototipia etnográfica sobre o processo de gentrificação potencialmente gerado pelo loteamento do Bairro Guajuviras.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

FIGURA 6 – Prototipia etnográfica sobre o processo de gentrificação potencialmente gerado pelo projeto de urbanização paisagística do Parque Gravataí, no Bairro Niterói.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas pedagógicas que operacionalizam o ensino da Sociologia na Educação Básica são propostas intencionais que exigem autoria criativa das pessoas licenciadas, no que tange a mediação dos conhecimentos científicos em conhecimentos escolares. A proposta de uma disciplina curricular, no ensino superior, dedicada às experiências de estágio docente possibilita a experiência dos percursos de pesquisa e ensino em torno de elementos fundamentais para a formação da pessoa profissional em Ciências Sociais.

Compreender a trajetória intermitente da presença da Sociologia no Ensino Médio evoca a potência de que esta ciência possui contribuições significativas na formação escolar brasileira. Reconhecer as nuances que caracterizam essa peculiaridade motiva uma vigilância epistêmica constante sobre quais temas, teorias e conceitos podem e precisam ser trabalhados neste território distante dos espaços acadêmicos. Poder optar por temáticas que atravessam o cotidiano das/dos jovens estudantes secundaristas mostra ser uma estratégia frutífera tanto pelo diálogo com as experiências de vida quanto pelo desafio constante de gerar estranhamento sobre o que é comum a estas pessoas e assim, desnaturalizar a vida.

Esses movimentos de estranhamento e desnaturalização podem ser compreendidos como alicerces - e também metas - para o ensino eficaz e contextualizado da Sociologia Escolar. A territorialização desta ciência no Ensino Médio não pode visar apenas na apropriação intelectual de conhecimentos mas, também, contribuir com um sensível processo de alfabetismo adaptado das estratégias de pesquisa próprias da Sociologia. Visando contribuir com a construção intelectual e crítica das/dos estudantes secundaristas para, assim, melhor compreender os diferentes atravessamentos das tramas sociais.

As práticas pedagógicas construídas para o desenvolvimento da pesquisa e ensino sobre gentrificação no município de Canoas possibilitaram experimentações sociológicas para as/os estudantes daquela cidade. O desafio de idealizar um modelo de cidade e identificar os efeitos deste fenômeno na geografia de suas existências as/os desafiou a treinar “hábitos intelectuais” sociológicos que contribuem substancialmente a construção da trajetória de existência e permanência da Sociologia na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, v. 21, p. 483-498, 2015.

BRASIL. **Orientações curriculares nacionais para o ensino médio/ Ciências Humanas e suas tecnologias**. Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação, 2000, p. 101-13

_____. Lei nº 13415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n ° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento d. **Lei 13415**. Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 27 abr. 2024

CHAGAS, Wagner dos Santos. **Metodologias para o ensino das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. Canoas: Universidade La Salle, 1ª ed, 2021, Atualização: 2022

CORAZZA, S. M. O direito à poética na aula: sonhos de tinta. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. e240040, 2019.

CORAZZA, S. M. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. **Currículo: questões atuais**. Campinas: Papyrus, p. 103-143, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

INGOLD, T. O dédalo e o labirinto. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, p. 21-36, 2015.

KUSCHNIR, K. A antropologia pelo desenho: experiências visuais e etnográficas. **Cadernos de arte e antropologia**, v. 5, n. 2, p. 5-13, 2016.

KUSCHNIR, Karina. Ensinando antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 3, n. 2, p. 23-46, 2014.

LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para quê serve o ensino da Sociologia? **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, jan/jun, 2014, p. 45-61. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2418>. Acesso em: 5 mai. 2024.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 17, p. 11-29, 2002.

MEUCCI, Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 51, n. 3, p. 251-260, 9 nov. 2015. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/csu.2015.51.3.02>. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.02. Acesso em: 25 set. 2023.

_____. HISTÓRIA DA DISCIPLINA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL, o ensino da Sociologia e a:. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió: Café Com Sociologia, 2020. p. 163-167.

OLIVEIRA, Amurabi. O campo do ensino de Sociologia no Brasil: uma análise de seu processo de autonomização. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**. CABECS, v.7, n. 1, p.78-101, 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/112152829/O_Campo_do_ensino_de_sociologia_no_Brasil_uma_an%C3%A1lise_de_seu_processo_de_autonomiza%C3%A7%C3%A3o?source=swp_share. Acesso em: 27 dez. 202

PARMIGIANI, J.; DOMBROWSKI, O. O Alfabetismo Sociológico: uma contribuição para o debate sobre o ensino de sociologia. **Tempo da Ciência**, [S. l.], v. 20, n. 40, p. 193–210, 2000. DOI: 10.48075/rtc.v20i40.10054. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/10054>. Acesso em: 20set. 2023.

Artigo recebido em 30 de julho de 2024.

Aprovado em 30 de setembro de 2024.